

SESSÃO SOLENE DE POSSE DOS NOVOS DIRIGENTES

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO



HD HABEAS DATA

ESPECIAL

BIÊNIO 2017-2019

Em solenidade realizada no Plenário, o TRF2 empossou, no dia 6 de abril de 2017, os gestores da Corte para o biênio 2017/2019. O presidente André Fontes, o vice-presidente Guilherme Couto de Castro e a corregedora regional da Justiça Federal da Segunda Região Nizete Lobato assinaram os termos de posse em sessão prestigiada por autoridades, servidores da Justiça Federal, familiares e amigos dos três magistrados.

A mesa contou com a presença da ministra Ellen Gracie do STF, ministra Laurita Vaz (presidente do STJ e do CJF), ministro Humberto Martins (vice-presidente do STJ), desembargadora Jacqueline Montenegro (presidente do TRE/RJ), desembargadora Rosana Travesedo (vice-presidente do TRT1), procurador Nilton Pena (procurador chefe regional substituto da PRR2).

Em entrevista para este informativo, o magistrado afirmou que realizará uma gestão colaborativa e transparente. A íntegra da conversa está nas páginas centrais.



JUSTIÇA
FEDERAL
TRF2

ENTREVISTA:

DESEMBARGADOR FEDERAL ANDRÉ FONTES



HABEAS DATA: *Onde o senhor vai concentrar seus esforços de gestão?*

ANDRÉ FONTES: Em primeiro lugar, considero importante consignar que, no período que precedeu a eleição, tive a grata honra de conversar com diversos dos meus eminentes pares, os quais me trouxeram muitas contribuições, acerca de questões para as quais poderíamos voltar nossa atenção. Se, por um lado, isso nos levou a ampliar nosso planejamento inicial, por outro a abertura do leque de atuação nos conduziu à compreensão de que, tendo dois anos para trabalhar, não poderemos circunscrever nossa política de gestão em contornos mais limitados. Deveremos então ser flexíveis, para contemplar as múltiplas demandas que nos foram confiadas. Dando apenas dois exemplos de para onde dirigiremos nossos esforços, cito a renovação dos serviços de atenção à saúde de magistrados e servidores e de manutenção predial, que se tornarão mais proativos. Também cito os serviços de segurança, que serão replanejados.

Além disso, vamos retomar a instalação de um órgão gestor de segurança e transporte no TRF2, que será inspirado em modelo apresentado pelo desembargador federal Reis Friede. Sua Excelência é professor titular da Escola Superior de Guerra e tem profundo conhecimento teórico e técnico a respeito do assunto.

HD: *Então podemos dizer que o senhor exercerá uma gestão participativa com os magistrados do Tribunal?*

AF: Não só com os do Tribunal, mas também com os das Seções Judiciárias, com os servidores, com os advogados, com o Ministério Público e com toda a sociedade. Eu resumiria a gestão que farei em duas palavras. A primeira é transparência. Vamos disponibilizar todas e quaisquer informações de relevância pública na internet, desde as referentes a compras e licitações até as da agenda da Presidência, dentre muitas outras. A segunda palavra é participação. Sei que, quando estendemos esse conceito até os cidadãos - e,

em especial, aos jurisdicionados - ficamos numa situação desafiadora, porque, ao mesmo tempo que o Judiciário, ao se abrir, deve cuidar para não ficar vulnerável aos conflitos dos litigantes, deve se aproximar e ficar sensível à realidade das partes. O que quero deixar claro é que estaremos prontos para considerar as contribuições de toda origem, que nos levem à reflexão, a rever conceitos e a fazer ajustes necessários. Em suma, acredito que a sucessão das gestões seja sempre uma oportunidade para consolidar as iniciativas bem sucedidas e para evoluir e avançar no que carece de melhorias.

HD: O senhor tem receio de que seja difícil tocar projetos com as limitações orçamentárias impostas pela Emenda Constitucional 95, de 2016, que restringe de forma aguda os gastos públicos?

AF: Acredito que a decisão administrativa não deve se confundir com a decisão jurídica e nem com a econômica. Com isso, quero dizer que, sem desprezar a norma legal, temos margem de discricionariedade administrativa suficiente para nos possibilitar a solução de problemas da maneira adequada, eficaz e efetiva, de acordo com as nossas necessidades e da forma como as demandas se apresentarem à instituição. Não precisamos de milagres: se eu tenho poucos recursos, preciso usá-los muito bem, estabelecendo as prioridades, preservando o que é essencial e planejando, para evitar surpresas. Se tivermos de cortar, cortaremos...mas sem perder a ternura jamais...

HD: Sobre a política de priorização do primeiro grau de jurisdição, conduzida pelo Conselho Nacional de Justiça, com o aval dos tribunais brasileiros. Como o senhor pretende promovê-la, na sua gestão?

AF: Antes de tudo, quero registrar que sou um grande entusiasta do trabalho realizado pelo CNJ e que creio na grande contribuição que ele traz para o Judiciário desde 2005. Acho legítimo esse foco que o órgão voltou para o primeiro grau de jurisdição. Na minha gestão, os diretores dos Foros das Seções Judiciárias serão protagonistas, ao lado do presidente do TRF2, das ações relacionadas a essa política. De imediato, ressalto a importância do aumento do número de estagiários e da construção de edifícios de subseções judiciárias que já se encontram com projeto pronto. Niterói [município da Região Metropolitana do Rio de Janeiro] é um exemplo que se enquadra nessa hipótese. Além disso, pretendo realizar estudo sobre a questão do número de servidores e de gratificações no primeiro grau, bem como pretendo reavaliar pedidos relacionados a adicionais de qualificação que tenham sido dene-

gados. Quero, também, conversar com os juízes das varas e juzados federais das capitais e do interior da Segunda Região.

HD: E com relação à sobrecarga de trabalho na segunda instância, o que pode ser feito?

AF: Pretendo promover o retorno à pauta dos debates sobre o aumento do Tribunal. Há a previsão de doze vagas para desembargadores federais no TRF2. Esse tema não pode, simplesmente, cair no esquecimento e eu acredito que poderei ser uma voz a lembrá-lo. Também pretendo impulsionar o aumento de vagas de analistas judiciários da área de Direito, que auxiliam na produção de minutas dos relatórios e votos. Ainda, gostaria de propor ao Plenário a criação de uma Vice-Presidência Regional da Segunda Região em Vitória. Por outro lado, já, agora, relativamente à competência da Presidência, eu mesmo poderia ir regularmente ao Espírito Santo, para despachar em casos administrativos afetos a ela.

HD: As metas nacionais do Judiciário têm reiterado a importância do fomento aos métodos consensuais de solução de conflitos. Que importância esse programa terá na sua gestão?

AF: O Brasil está se aproximando de um conceito já consolidado no Estados Unidos, ou seja, de que o processo que corre na justiça deve ser a exceção na solução dos conflitos. Os métodos parajurisdicionais, como a conciliação, têm meu incondicional apoio e acredito que devemos envolver os órgãos que são litigantes comuns da Justiça Federal cada vez mais nessa ideia, como os conselhos regionais profissionais, por exemplo. Também deveríamos discutir mais amplamente as possibilidades de conciliação na execução fiscal, em causas de pequeno valor, e, ainda, buscar fortalecer o nosso Núcleo Permanente de Solução de Conflitos.

HD: O senhor gostaria de dirigir uma mensagem para os advogados e os jurisdicionados?

AF: Gostaria de garantir que as portas estarão abertas. Se eu tivesse de escolher um mote para a minha gestão, seria a frase de Jean Cocteau: "Sem saber que era impossível, ele foi lá e fez". É isso, não deixaremos nenhum pleito legítimo, nenhum problema, nenhum projeto de fora por, de antemão, reputarmos que seu enfrentamento seja impossível. Uma solução sempre poderá ser encontrada. Poderá não ser a ideal, a sonhada, mas será uma resposta sincera e de boa vontade. ▀



GUILHERME COUTO DE CASTRO

Vice-presidente

Natural de Minas Gerais, Guilherme Couto de Castro graduou-se e obteve o grau de mestre pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). O desembargador integrou o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro entre 1986 e 1989 e ingressou na Magistratura Federal em 1989. Foi diretor do foro da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, sendo promovido ao cargo de desembargador federal em 2008.

Leciona Direito Civil, há mais de duas décadas, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). É presidente da Comissão Organizadora e Examinadora do XVI Concurso para juiz federal substituto da 2ª Região. Exerceu o cargo de corregedor regional da Justiça Federal da Segunda Região no biênio 2015/2017.



NIZETE ANTÔNIA LOBATO RODRIGUES CARMO

Corregedora regional da Justiça Federal da Segunda Região

Natural do Pará, Nizete Lobato, de janeiro a outubro de 1988, exerceu o cargo de juíza de Direito no TJ/RJ, com atuação nas comarcas de São Gonçalo e São João de Meriti. No mesmo ano, ingressou na magistratura federal.

Integrou a Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais e foi titular da 4ª Vara Criminal Federal (1989 a 1994), da 22ª Vara Cível Federal (1994 a 2005), e da 2ª Vara Federal de Execuções Fiscais (2005 a 2011), sendo promovida ao cargo de desembargadora federal em abril de 2011.

Leciona Direito Processual Civil e Direito Administrativo na Universidade Estácio de Sá. Foi coordenadora dos Juizados Especiais Federais da 2ª Região, no biênio 2013/2015, e Ouvidora Geral da Corte, no biênio 2015/2017.

EXPEDIENTE

Presidente
Desembargador Federal
André Fontes

Vice-Presidente
Desembargador Federal
Guilherme Couto de Castro

Corregedora Regional
Desembargadora Federal
Nizete Lobato

Diretora-geral
Maria Lúcia Pedroso

Redação

Assessoria de Comunicação Institucional
ACOI/TRF2

Núcleo de Comunicação Social - NCOS/SJRJ

Núcleo de Comunicação Social - NCS/JFES

**Projeto gráfico, diagramação e capa |
Impressão e acabamento**

Divisão de produção visual - DPROV/TRF2

**Para mais notícias e a versão eletrônica
do Habeas Data, visite o site:**

www.trf2.jus.br